

CENSO ESCOLAR

Por mais verbas, caem indicações políticas para dirigir escolas

Mudança no Fundeb estimulou critérios técnicos; mesmo assim, três estados ainda têm mais de 85% dos gestores indicados

BRUNO ALFARO E
LUIZ FELIPE AGUIAR

As redes municipais diminuíram a indicação política de diretores, apontam os dados do Censo Escolar 2023, divulgados ontem pelo Inep. A redução se deve, na avaliação do diretor de Estatística do Inep, Carlos Moreno, a uma mudança na lei que distribui verba federal para a educação. Essa alteração garante mais dinheiro para as prefeituras que definem seus profissionais de gestão escolar por critérios técnicos ou consultam a comunidade escolar envolvida no colégio.

Mesmo com o recuo, a maior parte dos gestores escolares (45%) ainda é definida por indicação política nos municípios. Esse patamar era de 66% em 2022. Em estados como Amapá, Amazonas e Roraima, passaram de 85%. Já o número de diretores que passaram por processo seletivo qualificado nas escolas municipais subiu de 74% para 13,7%.

— Esse processo de crescimento de escolas qualificadas deve se manter no futuro — afirmou Moreno.

A redução das indicações políticas está relacionada ao VAAR, sigla para Valor Anual de Resultado. Esse é

um dispositivo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundeb), o principal mecanismo de financiamento da educação brasileira. Em 2023, o VAAR distribuiu R\$ 1,6 bilhão e, em 2024, passará para R\$ 3,3 bilhões. A previsão é de que ele cresça até R\$ 5,6 bilhões em 2026, quando chegará a representar 2,5% do total do Fundeb.

Esse montante só é distribuído para as redes que cumprirem algumas condições. Uma delas é escolher o gestor escolar "de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho" ou a partir da escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho", como explica uma nota técnica do MEC.

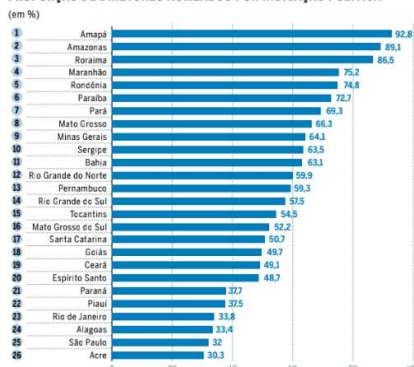
COMPROMETIMENTO

Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), Catarina Santos lembra que diretores indicados politicamente são comprometidos "com quem o indicou", e não necessariamente com as demandas da comunidade e da escola.



"Efeito lá na frente". Na divulgação dos dados do Censo Escolar, Camilo destacou a importância da gestão das escolas, uma responsabilidade dos diretores

PROPORÇÃO DE DIRETORES NOMEADOS POR INDICAÇÃO POLÍTICA



— O gestor precisa conhecer o projeto de educação dessa comunidade, ter envolvimento e compromisso com as suas demandas. (O diretor por indicação) geralmente é alguém que não conhece a comunidade, não se dispõe a atender as demandas da instituição e seu público — avaliou.

Outras condicionantes para os repasses pelo VAAR são a redução de desigualdades educacionais, a implementação de um regime de colaboração entre estados e municípios para a distribuição do ICMS e referenciais curriculares alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essa definição foi feita na renovação do Fundeb, pelo Congresso, em 2021.

— Se tem um fator importante é a gestão escolar, que depende muito do diretor. Vocês puderam ver o aumento da escolha de diretores por questões técnicas. Sabemos o efeito que tem lá na frente — afirmou o ministro da Educação, Camilo Santana.

Nordeste lidera adesão ao ensino em tempo integral

Aumento do tempo de aluno em sala de aula é estratégia fundamental para aprendizagem; Ceará e Pernambuco são destaques

Os estados nordestinos dominam a ponta do ranking de redes com as maiores taxas de matrículas em escolas de tempo integral, em que os alunos ficam pelo menos sete horas em aula.

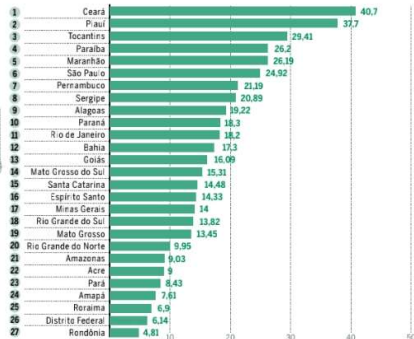
Considerando as matrículas das redes estadual e municipal juntas, quatro dos cinco estados com mais matrículas de tempo integral são do Nordeste: Ceará (40%), Piauí (37%), Paraíba (26%) e Maranhão (26%). Em terceiro lugar, está Tocantins, com 29%. O estado melhor colocado do Sul, Sudeste e Centro-Oeste é São Paulo, com quase 25% das matrículas nessa modalidade.

O tempo integral é considerado uma das principais ferramentas para aumentar o nível de aprendizagem do país. A média dos países da OCDE é de quase 11 horas semanais de aulas só para Matemática, língua nativa e língua estrangeira. É mais do que a metade das 20 horas totais que as escolas de tempo parcial têm para todas as disciplinas.

Em 2023, o Brasil apresentou um aumento de matrículas em tempo integral de

MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL

(em %)



11,4% para 13,6% nos anos iniciais do ensino fundamental (do 1º ao 5º ano), de 13,7% para 16,5% nos anos finais (do 6º ao 9º) e de 20,4% para 21,9% no ensino médio.

A rede estadual de Pernambuco possui 67% das matrículas com mais de sete horas de aula por dia. O modelo criado pelo estado é referência para outros.

Foi nele que, em 2004, foi criada a primeira escola de tempo integral do Brasil, a Escola de Referência em Ensino Médio Gínsio Pernambucano, no bairro de Santo Amaro, no Recife.

As redes municipais do Ceará somam, juntas, 51% de matrículas em tempo integral. Por trás

do desempenho está uma forma de partilha de impostos estaduais que leva em consideração se um município ajuda o outro a atingir metas da educação. Isso fez com que diversos municípios do estado, como Sobral, se destaquem em educação, e outros como Ararendá, Pires Ferreira, Mucambo e

Uruoca ocupassem os melhores resultados do país no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que considera as taxas de aprovação e aprendizagem dos alunos do país.

Durante a divulgação dos dados, o ministro da Educação, Camilo Santana, que foi governador do Ceará, co-

memorou o protagonismo dos estados nordestinos nas taxas de tempo integral.

— A gente tem que destacar que os cinco estados com tempo integral no ensino médio são nordestinos — ressaltou.

DESIGUALDADES

O ministro reconheceu na apresentação que está preocupado com as desigualdades apresentadas pelo censo. Ele apontou que escolas indígenas e quilombolas, por exemplo, têm menores índices de matrículas de tempo integral.

— Criamos algumas políticas no ano passado exatamente para focar na redução das desigualdades escolares no Brasil, como podemos identificar nesses dados — afirmou.

Neste ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o programa Escola em Tempo Integral, que já em 2023 transformou 1 milhão de vagas de tempo parcial para integral — mas como isso foi realizado depois da consulta do censo, ainda não foi contabilizado neste ano. A meta é chegar a 3,2 milhões em 2026, com investimento de R\$ 4 bilhões.

— Vamos continuar com essa política de indução técnica e financeira em todas as etapas da educação brasileira, mas principalmente no ensino médio — afirmou Camilo. (Bruno Alfaro)